



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA**

**DACIEL OLIVEIRA DA CONCEIÇÃO  
DELMAIR SELMA BARROS DA SILVA**

**ALFABETIZAR LETRANDO NO CENÁRIO DA EDUCAÇÃO INFANTIL**

**BELÉM  
2017**

**DACIEL OLIVEIRA DA CONCEIÇÃO  
DELMAIR SELMA BARROS DA SILVA**

**ALFABETIZAR LETRANDO NO CENÁRIO DA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal Rural da Amazônia, Campus Belém, como requisito para a obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.  
Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Esp. Kelly Cristina Silva Braga.

**BELÉM  
2017**

---

Conceição, Daciel Oliveira da

Alfabetizar letrando no cenário da educação infantil /  
Daciel Oliveira da Conceição, Delmair Selma Barros da Silva.  
– Belém, 2017.

60 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em  
Pedagogia) – Plano Nacional de Formação de Professores,  
Universidade Federal Rural da Amazônia, 2017.

Orientadora: Kelly Cristina Silva Braga.

1. Alfabetização 2. Letramento 3. Alfabetizar letrando  
I. Silva, Delmair Selma Barros da II. Braga, Kelly Cristina  
Silva, (orient.) III. Título.

---

CDD – 372.47

**DACIEL OLIVEIRA DA CONCEIÇÃO  
DELMAIR SELMA BARROS DA SILVA**

**ALFABETIZAR LETRANDO NO CENÁRIO DA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Pedagogia da  
Universidade Federal Rural da Amazônia como requisito para a obtenção de grau de  
Licenciado Pleno em Pedagogia

Data da aprovação: \_\_ / \_\_ / 2017.

Conceito: \_\_\_\_\_

**Banca Examinadora:**

\_\_\_\_\_ (Orientador)

Prof<sup>ª</sup>. Esp. Kelly Cristina Silva Braga

**PARFOR/ Universidade Federal Rural da Amazônia**

\_\_\_\_\_ Membro 2

Prof<sup>ª</sup>. Elem Louise Wanderley Araújo

**PARFOR/ Universidade Federal Rural da Amazônia**

\_\_\_\_\_ Membro 3

Prof<sup>ª</sup>. Msc. Rosanny do Perpetuo Socorro de Souza Lima

**PARFOR/ Universidade Federal Rural da Amazônia**

Dedicamos a Deus a conclusão do nosso TCC. É bom celebrar a conclusão dos estudos, a Deus por sua ajuda. Toda capacidade de aprender, toda sabedoria e todo conhecimento vêm de Deus. É importante lembrar que Deus é fiel e nos ajudou a superar os desafios e alcançar nossos objetivos.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradecemos a Deus, por estar conosco a todos àqueles que, diretamente ou indiretamente, incentivaram e contribuíram para a elaboração deste TCC.

Aos nossos pais, por terem nos mostrando sempre o caminho da honestidade, perseverança e otimismo.

Aos nossos esposos, esposas e filhos, que são o nosso norte e por eles nos sentimos capazes de transformar cada obstáculo em vitória.

A nossos professores da UFRA de uma forma geral pelo incentivo e orientação deste estudo.

A nossa professora por sua orientação que foram de suma importância para o nosso crescimento como profissional.

A todos os colegas do curso pelo apoio, confiança e amizade em todos os momentos.

Aos professores pela dedicação e colaboração durante o desenvolvimento da pesquisa, foram momentos inesquecíveis de interação, de troca de experiências e solidariedade, com os quais muito aprendemos a ensinar a aprender.

Enfim, de forma geral as pessoas que fazem parte direta ou indiretamente de nossas vidas.

“A minha contribuição foi encontrar uma explicação segundo a qual, por trás da mão que pega o lápis, dos olhos que olham, dos ouvidos que escutam, há uma criança que pensa”.

(Emília Ferreiro)

## RESUMO

A Educação de uma forma geral é um assunto que está sempre presente em debates entre educadores, pesquisadores e por todos que se preocupam com as melhorias do ensino e da aprendizagem, principalmente quando relacionados à dificuldades das instituições de ensinar as habilidades de ler e escrever. Este trabalho teve como objetivo geral analisar a prática pedagógica dos docentes em relação aos processos de alfabetização e letramento na educação infantil. E os objetivos específicos são: Identificar as dificuldades que os educadores encontram para alfabetizar letrando; Analisar como está sendo trabalhadas as diversidades textuais em sala de aula para uma melhor reflexão acerca dos caminhos e descaminhos desses processos; Verificar como estão sendo incentivados os alunos na formação do hábito da leitura; Conhecer as metodologias utilizadas pelos professores no processo de alfabetização e Verificar como a escrita e a oralidade são trabalhadas pelos docentes como práticas sociais de letramento. A Metodologia da pesquisa foi um levantamento bibliográfico e de campo através de uma abordagem qualitativa e quantitativa. A pesquisa de campo foi realizada na Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Quilombola de Mangueira, localizada no espaço rural S/N no município de Salvaterra- Marajó, estado do Pará. Os resultados obtidos com a pesquisa realizada foram alcançados e concluímos que os objetivos foram alcançados em relação aos processos de alfabetização e letramento.

**Palavras-chave:** Alfabetização. Letramento. Alfabetizar Letrando.

## ABSTRACT

Education in general is a subject that is always present in debates between educators, researchers and everyone concerned with improvements in teaching and learning, especially when it comes to the difficulties of institutions to teach reading and writing skills. This work aimed to analyze the pedagogical practice of teachers in relation to literacy and literacy processes in early childhood education. And the specific objectives are: Identify the difficulties that educators encounter to literacy literacy; To analyze how the textual diversities in the classroom are being worked for a better reflection on the ways and ways of these processes; Check how students are being encouraged in the habit of reading; To know the methodologies used by teachers in the literacy process and to verify how writing and orality are handled by teachers as social literacy practices. The Methodology of the research was a bibliographical and field survey through a qualitative and quantitative approach. The field research was carried out at the Municipal School of Infant and Primary Education Quilombola de Mangueira, located in the rural space S / N in the municipality of Salvaterra-Marajó, state of Pará. The results obtained with the research were achieved and we conclude that the objectives Were achieved in relation to literacy and literacy processes.

**Keywords:** Literacy. Literature. Alphabetize Letrando.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1-</b> Frente da Escola M. de Ens. Inf. e Fund. Quilombola de Mangueira .....	55
<b>Figura 2-</b> De dentro da Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Quilombola de Mangueira.....	55
<b>Figura 3-</b> Biblioteca .....	55
<b>Figura 4-</b> Sala de professores .....	56
<b>Figura 5-</b> Sala do Jardim III da educação infantil .....	56
<b>Figura 6-</b> Sala da Diretoria .....	56
<b>Figura 7-</b> Área do Refeitório .....	57
<b>Figura 8-</b> Da Cozinha .....	57

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>2 ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: SUA HISTÓRIA NO BRASIL</b> .....	14
2.1 Histórico dos Métodos de Alfabetização no Brasil .....	15
2.2 Métodos de Alfabetização e a compreensão do Surgimento do Letramento .....	20
2.2.1 Alfabetização .....	20
2.3 Histórico do letramento .....	26
2.4 O que é letramento? .....	27
<b>3. ORALIDADE, LEITURA E ESCRITA NA EDUCAÇÃO</b> .....	30
<b>3.1 A Oralidade</b> .....	30
3.2 Leitura .....	31
3.3 Escrita .....	32
3.4 Legislação educacional e o ensino de 9 anos .....	32
<b>4. METODOLOGIA DA PESQUISA</b> .....	38
<b>4.1 Tipos de estudo</b> .....	38
<b>4.2 Local da pesquisa</b> .....	38
<b>4.3 Sujeitos da pesquisa</b> .....	39
<b>4.4 Coletas de Dados-Técnicas e instrumentos de coletas</b> .....	39
<b>4.5 Resultados e Discussões</b> .....	40
<b>5. CONCLUSÃO</b> .....	47
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	49
<b>ANEXOS</b> .....	52

## 1. INTRODUÇÃO

A educação de uma forma geral é um assunto que está sempre presente em debates entre educadores, pesquisadores e por todos que se preocupam com as melhorias do ensino e da aprendizagem, principalmente quando relacionados à dificuldades das instituições de ensinar as habilidades de ler e escrever.

No Brasil, um número expressivo de estudantes analfabetos ou de analfabetos funcionais pessoas que apesar de dominar as habilidades básicas de ler e escrever tem dificuldades na produção de textos em sua vida cotidiana.

Com a execução de alguns planos da Lei de Diretrizes e Base (LDB), de 1996, vários avanços têm ocorrido no sistema escolar brasileiro, fazendo com que as escolas reconheçam a insuficiência de concepção de alfabetização que antes conceituada apenas como aprendizagem simples e mecânica do ler e do escrever.

Sabemos que hoje o domínio das práticas de leitura e escrita no mundo é fundamental para que a criança possa compreender e traduzir por meio da linguagem oral e escrita. Na educação infantil e ao longo do ano escolar, as competências linguísticas de ler e escrever devem ser trabalhados de maneira integra, pois o processo cognitivo se realiza graças à interação entre leitura e escrita, a relação entre ambos é completamente dependente e como se sabe a leitura nas series iniciais é tão importante quanto à produção escrita, ou talvez mais importante, pois muitas pessoas vivem praticamente sem escrever, mas não sem ler.

A alfabetização e o letramento permitem a integração completa do homem á sociedade tendo a consciência de seu papel no desenvolvimento do mundo conhecendo seus direitos e deveres, garantindo-lhe o direito de ser cidadão.

Diante dessas informações e das dificuldades que envolvem estes processos, foi desenvolvido o tema em questão buscando mostrar que não deve escolher entre alfabetizar ou letra seus alunos e sim alfabetizar letrando, pois dentro do contexto sócio cultural o letramento é o alicerce que permitirá ao indivíduo construir e exercer sua cidadania no mundo letrado.

Para compreender os processos de alfabetização e letramento e suas dificuldades em relação ao ensino e aprendizagem, foi escolhido como objeto de estudo instituição de ensino público na qual coletamos dados docentes da educação infantil.

Como subsidio a referida pesquisa, algumas questões nortearam nosso trabalho. Foram observadas as práticas pedagógicas em sala de aula a respeito dos processos de alfabetização e

letramento; as dificuldades que os educadores encontram em ensinar estes processos e os educandos em aprender e como está sendo trabalhadas as diversidades textuais em sala de aula para uma melhor reflexão acerca dos caminhos e descaminhos desses procedimentos.

A questão Problema: Como estão sendo desenvolvidas as práticas pedagógicas em relação aos processos de alfabetização e letramento na educação infantil?

O Objetivo Geral é: Analisar a prática pedagógica dos docentes em relação aos processos de alfabetização e letramento na educação infantil.

Os Objetivos Específicos são: Identificar as dificuldades que os educadores encontram para alfabetizar letando; Analisar como está sendo trabalhadas as diversidades textuais em sala de aula para uma melhor reflexão acerca dos caminhos e descaminhos desses processos; Verificar como estão sendo incentivados os alunos na formação do hábito da leitura; Conhecer as metodologias utilizadas pelos professores no processo de alfabetização e Verificar como a escrita e a oralidade são trabalhadas pelos docentes como práticas sociais de letramento.

A estrutura conceitual desse estudo é baseada em autores que discorrem sobre o assunto em questão tais como: Emília Ferreiro (1989, 2003); Magda Soares (2004, 2006); entre outros.

Assim, julgamos importante destacar alguns pontos neste estudo para se ter um olhar direcionado para as crianças e para o professor na fase da alfabetização. Embora alguns conhecimentos advém da psicologia, não explicam por completo o desenvolvimento de aprendizagem da criança, pois elas são únicas em suas individualidades e diferenças necessitando, assim, do trabalho docente do dia-a-dia da sala de aula.

O TCC está estruturado em quatro capítulos, no primeiro a Introdução, no capítulo segundo abordamos Alfabetização e Letramento: sua história no Brasil, no terceiro capítulo abordamos Oralidade, Leitura e Escrita na Educação, no quarto capítulo Metodologia da Pesquisa e por fim a Conclusão, Referências e Anexos.

## **2. ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: SUA HISTÓRIA NO BRASIL**

Durante muitas décadas, desde o tempo do Brasil Colônia, a palavra de ordem da educação era alfabetizar. Pois ler e escrever eram práticas restritas, privilégios somente das elites, que sempre davam continuidade aos estudos já iniciados. Pouco antes da independência do Brasil, apenas uma pequena parcela da população é alfabetizada, porém ao longo do século, essa parcela cresce gradualmente, (fato registrado no primeiro censo nacional), mas o índice de analfabetismo continuou superior ao alfabetismo.

É a partir do século XX que a educação brasileira consegue inverter a extensão entre analfabetismo e alfabetismo tendo como consequência um aumento da parcela populacional no mundo das letras. As mesmas desigualdades também aparecem no que diz respeito à escolarização, pois a universalização do acesso à escola somente ocorreu neste século citado, embora ainda haja muitos fora da escola, por motivos econômicos, sociais e culturais, uma herança que nos foi deixado.

O conceito de alfabetização, por muito tempo, restringiu-se as escolas de uma forma estrita, considerando que o ingresso da criança no contexto da escrita fazia-se apenas pelo aprendizado das primeiras letras, pelo desenvolvimento das habilidades de codificação e decodificação dos símbolos, ou seja, aquela que domina as habilidades básicas ou iniciais do ler e do escrever.

Em razões políticas e sociais, houve a necessidade de ampliar o conceito de alfabetização, ocorrendo a partir da década de 50 pelos censos realizados, quando passaram a considerar que alfabetização seria uma pessoa que sabia escrever seu nome completo e ser capaz de ler e escrever um bilhete simples.

Nos anos 60 e 70, Paulo Freire, modelo indiscutível para educadores de hoje, critica duramente a pedagogia tradicional, baseada em práticas alienantes, defendendo uma educação alienante, defendendo uma educação menos opressora, que mudasse a realidade da educação, brasileira e a concepção de alfabetização, na qual haja uma significância para o alfabetizando, a partir de então as taxas do analfabetismo caíram sucessivamente. Em 1987, a UNESCO (Organização das Ações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) recomendou a utilização das nomenclaturas analfabetismo funcional a todas as pessoas que saibam apenas ler e escrever, incapazes de utilizarem à leitura e a escrita em seu cotidiano e o iletrismo, que seria o inverso de letramento, (o conceito de letramento é discutido mais à frente) um fenômeno presente em vários países, tanto nos subdesenvolvidos como em desenvolvidos, os

denominados de primeiro mundo, visando padronizarem estatísticas e influenciar políticas educativas.

Logo depois, a mesma UNESCO propõe outra definição: a alfabetização funcional, para que os indivíduos sejam capazes de desempenhar atividades em que a leitura, escrita e o cálculo contribuam para o próprio desenvolvimento social.

Em meados dos anos 80, a educação brasileira sofre uma significativa mudança, principalmente sobre a concepção que se tinha de alfabetização com as obras da psicolinguística argentina Emília Ferreiro, revelar os processos de aprendizagens das crianças entre as relações entre letra e sons.

Conseqüentemente, os estudos psicolinguísticos impulsionaram novos sentidos ao aprendizado nas escolas, buscando qualidade e eficiência no ensino.

Mas recentemente, na década de 90, após a compreensão de uma nova fase na educação, o Brasil passa a utilizar o termo alfabetismo funcional, neste ano é declarado pela UNESCO o Ano Internacional de Alfabetização, mobilizando esforços mundiais para a erradicação do analfabetismo em todos os cantos do planeta. Entretanto, mesmo a muitos avanços, ainda é necessário que haja um grande esforço coletivo por parte do governo, das instituições de ensino, dos profissionais de educação pela qualidade da alfabetização.

## **2.1-Histórico dos Métodos de Alfabetização no Brasil**

A educação destacou-se no Brasil, no final do século XIX, e a escola se consolidou como instituição para preparar as novas gerações. Com o objetivo de atender aos interesses do Estado republicano, que tinha necessidade de instaurar uma nova ordem política e social, a universalização da escola.

De acordo com os ideais republicanos, saber ler e escrever tornou-se instrumento privilegiado de acordo com o qual a aquisição de saber/esclarecimento é importante para modernização e desenvolvimento social. A leitura e escrita, até aquele momento, eram privilégio de poucos e acontecia por meio da transmissão assistemática nos lares, ou nas escolas do Império (aulas régias).

Caracterizando-se as práticas de leitura e escrita passaram a ser submetidas a ensino organizado, sistemático e intencional, e que para isso era necessária a preparação de profissionais especializados. Nesse aspecto, os processos de ensinar e aprender a leitura e a escrita se apresenta como um momento de passagem para um novo mundo-para o Estado e para o cidadão: o mundo público da cultura letrada.

Nas últimas décadas, no entanto, vem sendo questionada a associação entre escola e alfabetização, em virtude das dificuldades de se concretizarem os resultados pretendidos com ação da escola sobre o cidadão. Essas dificuldades, que são explicadas como um problema decorrente, do método de ensino, do aluno, do professor, do sistema escolar, das condições sociais, de políticas públicas, não é exclusivo de nossa época.

Passamos mais de cem anos desde a implantação do modelo republicano de escola, em nosso país, e podemos constatar que, desde essa época, o que hoje chamamos de fracasso escolar na alfabetização precisa de soluções urgentes e mobilizando administradores públicos, educadores e professores.

Mortatti (2000, p.30) trata dos métodos dividindo-os em quatro momentos cruciais. Cada método se caracteriza, de acordo com a autora, pela disputa em torno de certas tematizações, normatizações e concretização que se relacionam com o ensino da leitura e da escrita; métodos estes que eram considerados novos e melhores, em relação ao antigo e tradicional. O primeiro momento que a autora destaca é a metodização do ensino da leitura.

No final do Império, afirma a autora, o ensino estava desorganizado, existiam poucas escolas que funcionavam em condições precárias, com alunos de séries variadas na mesma sala, em que se ministravam as chamadas “aulas régias”. Até o material que se destinava para o ensino da leitura era precário, e geralmente iniciava-se o ensino da leitura com as chamadas cartilhas do ABC.

No que se refere à escrita, esta se resumia à caligrafia e ortografia e seu ensino, à formação de frases corretas. As primeiras cartilhas brasileiras baseavam-se nos métodos da marcha sintética (da soletração, fônico e da silabação) e circulavam em vários estados do país.

Morais (1959, p.62), citando o linguista americano Bloomfield, propositor do módulo fônico do método sintético, defende que a aquisição da linguagem é um processo mecânico, ou seja, a criança será sempre estimulada a repetir os sons que ouve no ambiente em que vivem.

Esse método da marcha sintética consiste fundamentalmente na correspondência entre o oral e o escrito, entre o som e a grafia. Essa correspondência se estabelece a partir dos elementos mínimos (que são as letras), que consiste em ir das partes ao todo (FERREIRO E TEBEROSKY, 1991, p.19).

Depois, com a influência da linguística, desenvolve-se o método fonético. A unidade mínima de som da fala é o fonema (FERREIRO E TEBEROSKY, 1991, p.19).

Mortatti (2000, p.35) destaca a publicação em Portugal da Cartilha Maternal ou Arte da leitura, escrita pelo poeta português João de Deus. Esse método chamado de “João de Deus” ou “método da palavração” consistia em iniciar o ensino da leitura envolve uma questão de método, ou seja, dá-se ênfase ao como ensinar metodicamente relacionado ao o que ensinar.

O segundo momento da história da alfabetização foi o momento da institucionalização do método. Em 1890, implementou-se uma reforma na instrução pública no Estado de São Paulo. Essa reforma tinha como objetivo servir de modelo para os demais estados. O seu início se deu com a organização da Escola Normal de São Paulo e a criação da Escola Modelo Anexa em 1896. Na oportunidade, foi criado o Jardim da Infância nessa escola.

Do ponto de vista didático, a reforma se centrava nos novos métodos de ensino, em especial no novo e revolucionário método analítico. Esse método estava sendo utilizado na Escola-Modelo Anexa à Escola Normal, onde os professores normalistas desenvolviam atividades práticas e deveriam buscar seu modelo de ensino.

Depois da primeira década republicana, professores formados por essa escola normal passaram a defender programaticamente o método analítico para o ensino da leitura e disseminaram-no para outros estados brasileiros. Esses professores contribuíram para institucionalização do método analítico, tornando obrigatória a utilização deste nas escolas públicas paulistas. O método analítico contraria o método sintético, questionando dois argumentos desta teoria.

O método analítico baseava-se em princípios didáticos derivados de caráter biopsicofisiológico da criança, em que a forma de apreensão do mundo da criança era entendida como sincrética.

Segundo esse método, o ensino da leitura deveria ser iniciado pelo “todo”, que era entendido, de acordo com seus defensores, como a palavra, ou a sentença como ponto de partida para o ensino da leitura. Esta última foi institucionalizada em São Paulo, mediante a publicação do documento de instruções práticas para o ensino da leitura pelo *methodo analytico*- modelo de lições. Nesse documento, priorizava-se a “historieta”. As cartilhas produzidas no método da marcha analítica (processos de palavração e sentencição), buscando se adequar às instruções oficiais.

Iniciou-se, então, uma acirrada disputa entre partidários do método analítico para o ensino da leitura e os que continuavam a defender e utilizar os tradicionais métodos sintéticos, principalmente e da silabação.

Nesse momento, a ênfase da discussão sobre métodos tradicionais continuou no ensino inicial da leitura, já que o ensino inicial da escrita era entendido como uma questão de caligrafia e do tipo de letra a ser usado, o que dependia apenas de treino com exercícios de cópias e ditados. É nesse momento que o termo alfabetização começa a ser utilizado para referir-se ao ensino inicial da leitura e da escrita. As disputas desse período originaram uma nova tradição: o ensino da leitura envolve questões didáticas.

Ao terceiro momento Mortatti (2000, p.34) deu o título de alfabetização sob medida, que aconteceu a partir de meados da década de 1920. Aumentaram as resistências dos professores em relação à utilização do método analítico e começaram a se buscar novas propostas de soluções para os problemas do ensino aprendizagem da leitura e da escrita. Os defensores do método analítico continuaram a utilizá-lo e a propagar sua eficácia, buscando, no entanto, conciliar os dois tipos básicos e de métodos de ensino da leitura e da escrita (sintéticos e analíticos).

As disputas entre os defensores dos métodos foram diminuindo à medida que se acentuava a relativização da importância do que se defendia em outros Estados Brasileiros.

Essa relativização do método aconteceu especialmente com a disseminação, repercussão e institucionalização das novas e revolucionárias bases psicológicas da alfabetização contidas no livro *Teste ABC*, escrito por M.B. Lourenço Filho, em 1934, para verificação da maturidade necessária no aprendizado da leitura e da escrita.

Contudo, nesse terceiro momento, as cartilhas passaram a se basear predominantemente em métodos mistos ou ecléticos e começaram a produzir os manuais acompanhando as cartilhas. Desse modo, construiu-se um ecletismo processual e conceitual em alfabetização, em que a alfabetização (aprendizado da leitura e da escrita) e o método de ensino se subordina ao nível de maturidade das crianças.

Nesse período, a escrita continuou sendo vista como uma questão de habilidade caligráfica e ortográfica. O aprendizado tanto de uma como de outra demandava de um período preparatório, que consistia em exercícios de coordenação motora e auditivo-motora. Também se fundava outra tradição no ensino da leitura e da escrita: a alfabetização sob medida, de que resultava no ensino subordinado a maturidade da criança.

O quarto momento recebeu a denominação de alfabetização: construtivismo e desmetodização que teve início na década de 1980. A tradição metódica passou a ser questionada, por causa de novas urgências políticas e sociais, que trouxeram propostas de mudanças na educação com o objetivo de enfrentar o fracasso da escola na alfabetização de

crianças. E, para ajudar na busca de soluções para esse problema, introduziu-se, o pensamento construtivista sobre a alfabetização, resultante de pesquisas feitas pela professora argentina Emília Ferreiro.

Nesse momento, deslocou-se o eixo das discussões dos métodos de ensino para o processo de aprendizagem da criança. O construtivismo. A partir daí, houve um esforço por parte das autoridades educacionais e de pesquisadores acadêmicos, para convencer os alfabetizadores, através da divulgação de artigos, teses, livros, vídeos e outros materiais e ações de formação continuada, visando garantir a institucionalização, para a rede pública, de certa apropriação do construtivismo.

Uma nova disputa se inicia entre os que defendiam o construtivismo e os defensores dos métodos tradicionais das cartilhas e do diagnóstico do nível de maturidade, que tinham o objetivo de classificar os alfabetizando.

Assim, torna-se hegemônico o discurso institucional sobre o construtivismo e das teorias construtivistas.

Ainda no quarto momento, deu-se origem a uma nova tradução: a desmetodização da alfabetização, devido a ênfase no que aprende e no como aprende a língua escrita, tendo gerado certo licenciamento a respeito das questões de ordem didáticas. É importante também destacar que, na década de 1980, houve a emergência do pensamento interacionista em alfabetização. Essa disputa foi desaparecendo, a medida que alguns aspectos do interacionismo foram sendo conciliados com alguns aspectos do construtivismo.

Hoje ainda existem muitos problemas com relação ao ensino inicial da leitura e da escrita. As dificuldades decorrentes, em especial da ausência da didática construtivista, vêm abrindo espaço para a tentativa de alguns pesquisadores de apresentar novas propostas de alfabetização baseadas em métodos antigos, como os da marcha sintética. Outro aspecto são as discussões e propostas em torno do letramento, entendido como complementação a alfabetização, ou como conceito que com ela forma um par de conceitos auto excludentes.

No histórico dos métodos, observamos uma constante mudança e também uma constante tensão entre os métodos antigos e os novos. Sempre existiu uma disputa entre os seguidores desses métodos, ou seja, quando surgia um novo método o antigo não desaparecia, o que ocasionava a disputa de seus seguidores. Ainda existiam outros que iam mais além, e misturavam os métodos, as questões didáticas também oscilavam, pois no primeiro momento relataram o como ensinar relacionado com o que ensinar, e também o ensino da leitura e

escrita eram tratados como uma questão de ordem didática subordinada às questões linguísticas.

E, no segundo momento, a autora conclui que o como ensinar partia da definição das habilidades visuais, auditivas e motoras de criança, a quem ensinar. O ensino da leitura e da escrita era tratado como uma questão de ordem didática, mas que desta vez não mais subordinada à linguística, e sim a questões de ordem psicológica da criança, e que, no terceiro momento, a quem ensina, e a didática continua a ser relacionada às questões de ordem psicológica. No quarto momento, com o surgimento do construtivismo, que não era considerado como um método novo, mas como uma revolução conceitual, há uma ausência de uma didática construtivista. Como podemos perceber, ao longo desse histórico, a alfabetização está intimamente relacionada aos métodos.

## **2.2 Métodos de Alfabetização e a Compreensão do Surgimento do Letramento**

### **2.2.1 Alfabetização**

A Alfabetização é a base do processo de ensino-aprendizagem. É na alfabetização que começa o aprendizado da leitura. Como se constata quando afirma Abud (1987):

A alfabetização funciona como um fator de mudança de comportamento diante do universo, e permite ao homem integrar-se à sociedade de uma maneira crítica e dinâmica. A alfabetização promove o homem do ponto de vista social e individual. (Abud, 1987, p.20)

A alfabetização faz parte, além disso, da formação da personalidade da criança deste modo é necessário tornar o indivíduo capaz de ler e escrever, pois a alfabetização é a ação de alfabetizar, de tornar alfabeto mais que encontrar na alfabetização motivação permanente.

Muitos desafios surgem na prática cotidiana do professor alfabetizador e um dos maiores desafios é tornar para si as especificidades da alfabetização e rever as variadas concepções sobre o processo alfabetizador. Apesar de toda a ênfase, ainda há práticas de alfabetização “conservadora”, baseada somente no treino de letras, sílabas e frases distantes da realidade dos alunos, e desvinculando das práticas sociais.

Atualmente, podemos dizer que alfabetização é um processo que não envolve apenas os procedimentos de leitura e escrita, mas que repercute favoravelmente na linguagem entendida em sua globalidade, conforme nos explica Magda Soares (2004, p.35): “As habilidades de leituras e escrita não são vistas como neutras, mas são vistas como um conjunto de práticas socialmente construídas envolvendo o ler e o escrever, configuradas por

processos sociais mais amplos, e responsáveis por reforçar ou questionar valores, tradições, padrões de poder presentes no contexto social”.

Entendemos que uma teoria coerente da alfabetização só será possível se a articulação e integração das várias facetas do processo forem contextualizadas social e culturalmente e iluminadas por uma postura política que resgate seu verdadeiro significado.

Tornar-se alfabetizado em uma sociedade que vem valorizando cada vez mais a escrita, significa codificar em língua e decodificar a língua escrita, porém não é o suficiente, é necessário fazer uso das práticas sociais de leitura e escrita, ou seja, somente a alfabetização não basta, é preciso atingir o letramento.

Como nosso objetivo é descrever a história da alfabetização é preciso ir à busca de tal descrição. Entretanto é preciso ressaltar que se torna mais fácil compreender a história da alfabetização a partir dos métodos de alfabetização, que, desde o final do século XIX, tem gerado conflitos relacionados com “antigas” e novas explicações para um mesmo problema: a dificuldade das crianças em aprender a ler e escrever, em especial na escola pública.

- **Métodos de Alfabetização**

De acordo com Morais (1959, p.74), quando se escolhe um método de ensino, o principal objetivo que esse método tem que ter é de facilitar a aprendizagem da leitura e da escrita. E nem sempre esse objetivo foi alcançado, o que resultou em vários métodos citados abaixo:

- **Métodos Sintéticos**

A característica dos métodos sintéticos é de iniciar a aprendizagem da leitura, a partir das unidades mínimas da língua: as letras, os sons, ou as sílabas. No método sintético, o processo psicológico que envolve a aprendizagem é a síntese, ou seja, o aluno deve aprender primeiro cada elemento que constitui as palavras-esses elementos podem ser letras, sons ou sílabas e, depois, combinam-se esses elementos (síntese) formando assim “unidades linguísticas” mais complexas e significativas que seriam as palavras, as frases, os parágrafos, os textos.

Os métodos sintéticos recebem a seguinte classificação: alfabéticos, fonéticos e silábicos.

- **Método Alfabético**

Os primeiros indícios da utilização do método alfabético foram encontrados na civilização grega e alguns dados mostram que sua utilização estendeu-se até meados do século XX.

De acordo com o método alfabético, o ensino da leitura inicia-se pelo nome das letras que compõem o alfabeto. Depois de o aluno decorar o alfabeto de forma direta, inversa e salteada, ele fazia as combinações possíveis entre as vogais e as consoantes.

Essas combinações aconteciam primeiro entre as duas letras. Quando o aluno já dominava essa primeira combinação, passava-se a combinar três, quatro, cinco letras, mas as unidades linguísticas que se formavam não tinham sentido. Posteriormente, trabalhavam-se as sílabas que iriam formar as palavras para se chegar às frases, aos parágrafos e aos textos.

- **Método Fonético**

O primeiro artigo que trata do método fonético data de 1803. Esse método parte do princípio de que a palavra se formula pronunciando-se rapidamente os sons das letras e não o seu nome. No método fonético, a primeira etapa a ser ensinada à criança, no processo de alfabetização, era o estudo do som e da forma gráfica das letras. Começava-se pelas vogais e, depois, combinavam-se as vogais entre si, formando sílabas. Após essa etapa, introduziam-se as consoantes, que eram combinadas às vogais, já aprendidas. Desse modo, formavam-se as palavras e depois as frases.

Para que essas dificuldades fossem superadas, introduziram-se figuras de animais ou de pessoas, associadas aos sons a serem ensinados, estabelecendo uma relação dos sons a serem aprendidos com determinadas situações práticas, o que facilitava a memorização.

- **Método Silábico**

O método silábico surgiu para tentar superar as dificuldades que foram encontradas no método fonético, principalmente as dificuldades de se pronunciar com exatidão os sons das consoantes isoladas dos sons das vogais.

No método silábico, as unidades empregadas para se ensinar a ler são as sílabas, que, ao serem aprendidas, são combinadas em palavras; chega-se, então, às frases. As críticas ao método silábico são praticamente as mesmas feitas ao método fonético.

A principal vantagem de se iniciar o processo de alfabetização por meio de métodos do tipo sintético é que a criança tem contato com as unidades mínimas da língua (letras, sons,

sílabas) que, ao serem combinadas, chegam a unidades mais complexas (palavras, frases, textos).

As desvantagens referem-se à falta de interesse e à desmotivação. Outra crítica aos métodos sintéticos é a ênfase dada aos processos de identificação das palavras em detrimento da compreensão.

- **Métodos Analíticos**

Os métodos analíticos caracterizam-se por iniciarem o processo de alfabetização partindo de unidades significativas da língua, ou seja, de palavras, frases, parágrafos ou textos. A criança deve, primeiramente, perceber globalmente cada elemento significativo e, só depois, sua atenção poderá vir a ser conduzida para as unidades mínimas que constituem esses elementos significativos.

Os métodos analíticos classificam-se em: método das palavras, da frase, do parágrafo e do conto.

- **Método da Palavra**

Nesse método a aprendizagem da leitura inicia-se pelas palavras. Segundo Gray (1957) “Este procedimento baseia-se na tese de que cada palavra tem uma forma característica mediante a qual pode ser recordada”. As palavras são apresentadas visualmente às crianças e estas repetem em voz alta até que consigam identifica-las rapidamente. À medida que as crianças aprendem as palavras, elas utilizam-nas na construção de frases. Para facilitar a identificação das unidades linguísticas complexas (palavras), pode-se conduzir a atenção das crianças para os detalhes que as constituem (sílabas, letras, sons), mas só depois que o aluno aprende a discriminar a forma global.

Esse método é criticado em razão das dificuldades que a maioria das crianças encontra para identificar as palavras, o que atrasa o processo de aprendizagem da leitura.

- **Método da Frase**

Esse método, por sua vez, utiliza a frase como ponto de partida para a aprendizagem da leitura. Parte do pressuposto de que “as frases são mais interessantes que as palavras, pois facilitam a compreensão do que se lê” (Morais, 1959, p. 63).

À medida que as frases vão surgindo na classe são escritas no quadro e os alunos as repetem visualizando-as e percebendo quais as diferenças entre elas, baseando-se na visão do

todo (visão globalizante). Depois, discriminam-se as palavras conhecidas e que se repetem nas diferentes frases já aprendidas. As críticas feitas a este método são as mesmas mencionadas para o método da palavra.

- **Método do Parágrafo**

No método do parágrafo, utiliza-se o parágrafo no processo de alfabetização com a justificativa de que este é verdadeira “unidade linguística”, pois expressa ideias complexas e são, portanto, unidades de pensamento.

De acordo com esse método, o ensino da leitura se inicia com uma discussão acerca de algo de interesse da classe. Depois que essa discussão acontece, o professor escreve uma das observações no quadro e a lê. Os alunos também leem a observação e identificam grupos de palavras dentro do parágrafo e de palavras dentro de cada grupo. A crítica a esse método relaciona-se à grande ênfase dada à compreensão do que se lê em detrimento do reconhecimento imediato das palavras.

- **Método do Conto**

Esse método começa a partir do conjunto de parágrafos, ou seja, do conto. Parte-se do princípio de que o conto desperta mais interesse nas crianças, pois os acontecimentos relatados apresentam-se numa sequência lógica: princípio, meio e fim. Além de se desenvolver a compreensão sobre o material que é lido, os alunos podem prever e estabelecer relações entre os acontecimentos relatados.

A aprendizagem inicia-se com relato de uma história que é feito pelo professor, que escreve no quadro, e, como os alunos já conhecem a sucessão dos fatos, conseguem identificar os parágrafos dentro da história escrita. Após essa etapa, os alunos podem ser levados a identificar palavras dentro das frases, ou mesmo os elementos que constituem as palavras.

A vantagem dos métodos analíticos recai sobre o interesse e a motivação que é desperta nos alunos desde o início da alfabetização, pois o material impresso que é dado para criança ler tem significado. Outra vantagem que pode ser apontada é que esses métodos, segundo seus defensores, estão de acordo com os princípios psicológicos que afirmam: (...) as crianças percebem os objetos e ideias sinteticamente (...), mas pouco a pouco, vão descobrindo detalhes e, o procedimento dos métodos analíticos segue esta forma material de perceber (Morais, 1959, p.64).

A desvantagem se deve ao fato destes métodos se preocuparem em desenvolver rapidamente e compreensão dos símbolos impressos deixando de lado o treino, que permite o reconhecimento rápido das palavras, o que atrasa o desenvolvimento de uma leitura independente.

- **Método Analítico-Sintético ou Eclético**

Os Analítico-Sintéticos que combinam dois processos psicológicos envolvidos na leitura (análise-síntese). Aqui, o método Eclético é o mais utilizado. Pode ser encontrado de duas formas: uma que parte de palavras ou frases e em que o professor dirige e análise para os elementos que compõem essas estruturas linguísticas complexas (método analítico-sintético de orientação global); a outra em que a forma parte das vogais, as quais são associadas rapidamente às consoantes formando sílabas, as quais estas combinadas uma às outras originam as palavras (método analítico-sintético), numa orientação sintética.

Dessa forma, não importa a forma em que o método é encontrado, no método eclético o processo psicológico envolvido na leitura sempre será o mesmo ao se depara com palavras: o aluno deverá dividi-las em sílabas (análise), o que permite a decodificação dos símbolos impressos e a “recombinação” das silabas em palavras.

A vantagem principal do método analítico-sintético é permitir que o aluno reconheça rapidamente as palavras visualizadas e que compreenda os símbolos gráficos que está decodificando.

Os resultados dessas pesquisas não chegaram a conclusão de qual é o melhor método de ensino empregado hoje em dia, porém mostram que cada método desenvolve no aluno determinadas capacidades.

Mas, os melhores resultados obtidos nas pesquisas realizadas têm sido a favor dos métodos analítico-sintéticos, os quais desenvolvem ao mesmo tempo a identificação das palavras e a compreensão.

### 2.3- Histórico do Letramento

No início dos anos de 1990, os estudos do letramento tendiam a se posicionar dentro de um enfoque ideológico. Gee (1990), por exemplo, afirma que qualquer visão de letramento é essencialmente política (sentido que envolve relações de ordem e poder entre pessoas).

No Brasil, os encaminhamentos dos estudos do letramento tiveram praticamente a mesma sequência, integrando, há pouco tempo, no discurso de especialistas das áreas de educação e linguística, sendo que os estudos comparativos da oralidade e da escrita vieram pelo menos uma década depois. Em meados da década de 1980, o termo letramento foi introduzido em nosso país, em estudos e pesquisas acadêmicas, sob influência do inglês literacy, que, até a década de 1990, era traduzido por alfabetização o, mais recentemente, também por alfabetismo.

Os primeiros registros de uso do termo letramento no Brasil foram creditados à Mary Kato no livro “No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística”, onde falava de ordem psicolinguística envolvidos na aprendizagem escolar por parte de crianças alfabetizadas. Acreditava que a língua falada culta é consequência do letramento e que a escola tem como função desenvolver no aluno o domínio dessa linguagem falada, para atender as várias demandas de uma sociedade que prestigia essa linguagem, e, assim, introduzindo a criança no mundo da escrita e tornando-a um cidadão letrado.

O termo letramento também foi citado por Leda Tffouni (1988) no livro “Adultos não alfabetizados: o avesso do avesso”, estabelece um sentido ao termo centrado nas práticas sociais de leitura e escrita e nas mudanças por elas geradas numa sociedade, tornando-a letrada. Talvez, nesse momento, ganha status de termo técnico no léxico das Ciências Linguísticas. Mas, o termo letramento passou a ser usado mais extensivamente na década de 1990, a partir das publicações de Tffouni (1995), Soares (2006) e Kleiman (2005).

Segundo Kleiman (2005), inicialmente os estudos sobre letramento enfocam a partir do século XVI, no momento em que a escrita passou a ser introduzida e exigida nas sociedades industrializadas, transformando as relações entre indivíduos e o meio que vivem. Lá pela metade da década de 1980, o termo letramento foi usado por pesquisadores que trabalhavam com a língua escrita e que sentiram falta de um conceito que se referisse aos usos da escrita, porém sem as conotações escolares associadas à palavra alfabetização.

Os pesquisadores estavam interessados em um novo objeto de pesquisa, nos diferentes modos de usar a língua escrita, nos diferentes textos produzidos nos diversos modos de ler e de falar sobre a escrita segundo a situação no tempo e no espaço. E, o conceito de

alfabetização também era inadequado para sinalizar esse aspecto situado, uma vez que as praticas escolares, das quais a alfabetização é uma, são diferenciadas quanto à situação, ou seja, o texto será lido de diferentes formas.

A disseminação do termo letramento somente começou a ser possível quando novos fatos, como a condição de alfabetizando e a extensão da escolarização básica, começaram a se tornar visíveis, gerando novas ideias e de compreender os fenômenos envolvidos no processo.

Nesse contexto, a leitura e a escrita designam a condição de pessoas ou grupos que não apenas sabem ler e escrever, mas também utilizam a leitura e a escrita e seus usos e funções sociais para incorporá-los em seu viver e sua condição social.

A palavra letramento, inicialmente, foi restrita ao âmbito dos estudos e pesquisas acadêmicas. Sua disseminação se deu a partir dos anos de 1990, no Brasil, e atualmente já se encontra em dois dicionários de linguísticas, estando popularizada entre gestores, educadores e alfabetizadores.

#### **2.4-O Que é Letramento?**

A palavra letramento apareceu na literatura, foi em 1986, usada por Mary Kato em seu livro “No mundo da escrita: Uma perspectiva psicolinguística”. A partir daquela década, muitos autores e pesquisadores passaram a utilizá-la, no entanto, esta palavra ainda não está presente nos dicionários, pois seu conceito entrou recentemente no vocabulário.

Um dos avanços consideráveis, atualmente, é talvez o uso do termo letramento. A palavra é um tanto quanto fora do comum para muitos profissionais da área da educação e muitos teóricos postulam ser sinônimo de alfabetização. Há alguns anos, pode-se dizer que de uns vinte anos para cá, a palavra surgiu entre os linguistas e estudiosos da língua portuguesa, e então passou a ser vinculada no setor educacional.

Ressalta-se que a palavra letramento não foi incorporada à mídia, a escolas e até mesmo a educadores, restringindo somente a pesquisadores, fato que não ocorre com o seu significado, uma vez que sua definição e a sua prática assemelham-se ao conceito de alfabetização que tornou-se insatisfatório para a educação.

Esse termo letramento só ganha visibilidade depois que foi resolvido minimamente o problema do analfabetismo em alguns países como Bélgica, Inglaterra e Estados Unidos. Além disso, o desenvolvimento social, cultural, econômico e político trazem novas, variadas práticas de leitura e de escrita. Por isso, para nomear esse novo fenômeno, surgiu a palavra letramento (Soares, 2006).

Diante dessa nova necessidade é que surge o termo letramento para designar segundo Soares (2004, p. 36), Portanto a preocupação agora não é apenas com a alfabetização, mas também com o letramento, processos que ao mesmo tempo são diferenciados entre si, mas que se complementam (Soares, 2006, p.36).

De acordo com (Soares, 2006, p.36), torna-se letrado, traz, também, consequências linguísticas: alguns estudos tem mostrado que o letrado fala de forma diferente do iletrado e do analfabeto. Após aprender a ler e a escrever, esses adultos passaram a falar de forma diferente, evidenciando que o convívio com a língua escrita teve como consequências mudanças no uso da língua oral, nas estruturas linguísticas e no vocabulário.

Quando se prioriza a dimensão social o letramento é percebido não como um atributo pessoal, mas como uma prática social, “é o conjunto de práticas sociais ligadas à leitura e a escrita em que os indivíduos se envolvem em seu contexto social” (Soares, 2006, p.72).

Soares (2006, p.25) consultando o Dicionário que contempla a palavra letramento, Seu significado atual é uma tradução da palavra inglesa “literacy”, originária do latim “littera” (letra) com o sufixo – “cy” que denota qualidade, condição, estado. Logo podemos inferir que letramento é o estado ou a condição que o indivíduo passa a ter a partir do momento em que se envolve nas práticas sociais de leitura e escrita, é o processo de inserção e participação na cultura escrita. Magda Soares complementa o conceito acima: “É alfabetizar letrando, isto é, ensinar a ler e a escrever a partir do contexto das práticas sociais para tornar o indivíduo, ao mesmo tempo, alfabetizado (domínio do código escrito) e letrado (uso social da escrita)” (Soares, 2006).

Quando se defende que a alfabetização deve ocorrer juntamente com o letramento, o papel do professor é de fundamental importância para assegurar a seus alunos a possibilidade de aprenderem não somente as práticas, mais ao mesmo tempo aprenderem as características e o funcionamento da escrita e da leitura dentro e fora da escola. Na realidade hoje o que está se avaliando é o nível de letramento na sociedade e não o índice de alfabetização como era feito.

Para ser considerado letrado, o indivíduo deve estar em processo inicial de letramento, necessitando ter no mínimo adquirido a habilidade de ler e escrever.

Outra definição importante na discussão é o significado das palavras estado ou condição uma vez que são importantes para que se diferencie o indivíduo alfabetizado do letrado, partindo do pressuposto do que aprender a ler e escrever é passar a usar a leitura e a escrita, a envolver-se em práticas de leitura e de escrita, tornar-se uma pessoa diferente, adquirir um outro estado, uma outra condição.

Segundo (Soares, 2006, p. 37) diz que: A pessoa letrada já não é a mesma que era quando analfabeta ou iletrada, ela passa a ter uma outra condição social e cultural, não se trata propriamente de mudar de nível ou de classe social, seu modo de viver na sociedade, sua inserção na cultura, sua relação com os outros, com o contexto, com os bens culturais torna-se diferente.

Compreendemos que o problema não é apenas ensinar a ler e escrever, pois é levar os indivíduos a fazer uso da leitura e da escrita e envolver-se em práticas sociais de leitura e escrita. Para que o letramento aconteça é preciso que haja condições.

A primeira condição seria que houvesse escolarização real e efetiva da população, pois observamos que só se despertou o interesse sobre estudos do letramento a partir do momento em que o acesso à escolaridade se ampliou e mais pessoas passaram a ler e escrever, fazendo com que aspirassem um pouco mais do que simplesmente aprende a ler e a escrever.

A segunda condição seria que houvesse disponibilidade de material de leitura. Ter acesso à leitura de livros, revistas e jornais e a bibliotecas e livrarias, ou seja, vivendo em condições sociais de leitura e escrita, torna-se também uma forma de lazer.

Portanto, o letramento é resultado da ação de letrar-se, se dermos ao verbo letrar-se o sentido de torna-se letrado. Mas, é apropriar-se da escrita é tornar escrita própria, é assumi-la como sua propriedade.

Segundo Costa (2004, p. 30) afirma:

O conceito de letramento se liga ao conjunto de práticas de leitura e escrita que resultam de uma concepção de o quê, como, quando e por que ler e escrever. A concepção de letramento, pois, vai além do saber ler e escrever, pois implica saber fazer uso frequente e competente da leitura e da escrita, individual ou socialmente.

Portanto, para Leal (2004), o letramento requer uma base cultural que seja garantida, o que faz conteúdos escolares, as disciplinas ministradas, ganhem importância, direcionando-se para suprir as lacunas que, de um modo ou de outro, são consequências de outras lacunas, tais como a econômica, a política e a social.

### 3. ORALIDADE, LEITURA E ESCRITA NA EDUCAÇÃO

As sociedades no mundo todo, cada vez mais valorizam a escrita e a leitura não somente nas escolas, mas no meio social como um todo tendo como base consolidada as tecnologias que envolvem o planeta tornando-o globalizado, não somente nas práticas econômicas, mas também nas práticas sociais e nas difusões de informações que fundamentalmente utilizam a escrita.

Tendo o reconhecimento da importância da escrita para a formação de um cidadão letrado, uma vez que escrever permite o falar livremente sobre os pensamentos, é que se deve ter um novo olhar direcionado às práticas pedagógicas de alfabetização na educação infantil, revendo concepções sobre o processo alfabetizador, já que é durante este processo que o aluno dá seus primeiros passos rumos à cidadania.

As discussões recentes sobre educação apontam constantemente para o enfoque da qualidade de ensino, seja nas escolas públicas ou particulares.

A alfabetização vai muito além de ler e escrever é apropriar-se também dos códigos linguísticos para uma melhor decodificação das mensagens escritas, expressando por escrito suas ideias, ler sobre ideias dos outros, tornando uma posição favorável ou não.

Para TFOUNI (2002), a alfabetização é um processo no qual se adquire o domínio de um código e das habilidades de utilizá-los para ler e escrever e ao exercício efetivo e competente da tecnologia da escrita denomina-se letramento, o qual implica em variadas habilidades; tais como: capacidade de ler e escrever para atingir diferentes objetivos.

Cabe a nós educadores contribuir para a formação de um cidadão crítico capaz de tornar suas próprias decisões e ter uma visão de mundo entendendo as relações da realidade que lhe são apresentadas e possibilitando-se de forma a impedi-la de persuasão. Construindo seu caminho e percebendo que “(...) antes mesmo de saber fazer, é preciso sentir, e preciso ser, para saber o porquê fazer” (FAZENDA, 1995, p.27).

#### 3.1- A Oralidade

O sujeito se constitui pela linguagem cuja significação se efetiva na dinâmica das interlocuções, em situações sócias, por isso, no início do ensino escolar a criança já adquiriu a linguagem oral e será mergulhada no mundo dialógico da escrita, é no sistema social escolar que as atividades da criança ganharão significado para ela.

Segundo CAGLIARI (1999, p.21), “a linguagem é tão entrelaçado e diluído nas interações espontâneas cotidianas, que as vezes nem nos damos conta de como ela se dá, ficando a impressão de que brota naturalmente, que desabrocha magicamente”. Contudo o desempenho linguístico envolve diferentes atividades como a interpretação de significado, o emprego de palavras adequadas, a emissão e articulação de sons, ações que se consolidam gradualmente mediante um processo de permanente a insistentes tentativas, erros e acertos.

O aprendizado da linguagem oral permitirá que a criança amplie suas possibilidades de integração e de participação ativa nas mais diversas praticas. Além disso, a criança deve compreender, não só de que forma a leitura e a escrita é representada graficamente, mas o que ela representa linguisticamente, logo alfabetização significa um processo no qual os alunos precisam observar situações naturais, vinda das próprias crianças.

Recentemente, a linguagem oral passou a ser considerada como objeto de ensino, onde escola passou aproximar a criança dos variantes linguísticas consideradas padrão e ao mesmo tempo mostra-la que seu modo de falar também é legítimo.

Resguardadas essas questões, a sala de aula deve se transformar no espaço em que a linguagem é efetivamente usada no ensino e na aprendizagem.

### 3.2- Leitura

Ler é uma atividade extremamente complexa por envolver problemas semânticos, culturais e fonéticos. Para ler a criança precisa conhecer os códigos utilizados na escrita. É na escola que o processo de formação do leitor vai sendo construídos paulatinamente onde os professores além de levar aos alunos informações e teorias estruturais, possuem compromisso em despertar o gosto e o hábito de ler em seus alunos.

A consciência fonológica também surgirá juntamente com o interesse que as crianças demonstram pela língua falada. A intenção é apresentar sempre textos contextualizados, a referência da prática pedagógica não pode ser somente a sílaba, a letra, a palavra ou a frase e sim o texto, por que só ele tem um significado.

O aprendizado da leitura ocorre pela participação efetiva da criança com o texto, só se aprende a ler lendo. Dessa forma, os textos devem ser interessantes e atrativos para proporcionar a autonomia e independência dos leitores. É fundamental é trabalhar a sonoridade das palavras, a beleza das imagens, a fantasia estimulando leitores a sempre estarem atentos e ativos, pois é pensando, agindo formulando hipóteses, refletindo e construindo o próprio saber, que a criança irá ler e escrever o mundo.

Na Educação Infantil, conhecer a estrutura de um texto é importante já que para os alunos é o início da concepção da função simbólica da escrita.

### 3.3- Escrita

O homem sempre teve a necessidade de se comunicar fato iniciado na pré-história pelos desenhos grafados em pedras e cavernas. No entanto a criação da escrita só surgiu propriamente após a elaboração de um conjunto organizado de signos (símbolos). Posteriormente originaram-se os atuais códigos linguísticos, o alfabeto.

O ensino da escrita faz se através de exercícios de produções escritas e propor os alunos que tornam-se capazes de organizar ideias e registrá-las corretamente estruturadas.

A criança se apropria da escrita por meio das capacidades que são adquiridas no processo de alfabetização, outras formas de registro alfabético, como produção de textos autônomos são construídas no processo de letramento.

Na concepção atual da construção da escrita aprender a escrever não é mais um processo de etapas sucessivas, e sim com sentido real, verdadeiro, da forma como socialmente a utilizamos.

Para CAGLIARI (1999, p.25), a interpretação da escrita, é uso indispensável ao processo de alfabetização.

### 3.4-Legislação educacional e o ensino de 9 anos

A Lei 4.024/61 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional dispunha perspectivas relacionadas à educação até seis anos de idade nos artigos 23 do Capítulo I, Título VI, segundo Oliveira (2007, p.102): Art. 23 “A educação pré-primária destina-se aos menores de até 07 anos, e será ministrada em escolas maternas ou jardins de infância”.

Em 1971 foi formulada uma nova legislação da educação durante o regime militar através da Lei 5.692/71, que dispunha as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, trazendo o principio de municipalização do ensino fundamental, e outras novidades à educação no seu Capítulo II, que cita o ensino de 1º grau que (MEC, 1998).

Art. 19-Para ingresso no ensino de 1º grau deverá o aluno ter a idade mínima de sete anos.

1º-As normas de cada sistema de ensino disporão sobre a possibilidade de ingresso no ensino de primeiro grau de alunos com menos de sete anos de idade.

2º Os sistemas de ensino valerão para que as crianças de idade inferior a sete anos recebam conveniente duração em escolas maternas, jardins de infância e instituições equivalentes.

A década de 80 (oitenta) foi permeada por problemas inerentes a educação em creches e pré-escolas, muitas discussões eclodiram em torno da responsabilidade do Estado para com a educação. Os educadores da época juntamente com a sociedade passaram a reivindicar e questionar o direito a creche como uma obrigação que deve ser ofertada pelo Estado.

A partir daí, avanços significativos ocorreram na educação, principalmente com a oferta de creches e pré-escolas para crianças de 0 a 06 anos. Somente em 1990, criou-se o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), através da Lei 8.090/1990 na qual os municípios foram responsabilizados pela infância e adolescência.

Segundo Carvalho (2003, p.69) o ECA determinou entre outras providencias:

Além de explicitar os direitos da criança e do adolescente e os princípios que devem nortear as políticas de atendimento, determinou a criação dos Conselhos da Criança e do Adolescente e os Conselhos Tutelares, cuja responsabilidade consiste em traçar diretrizes políticas e zelar pelo respeito aos direitos das crianças e adolescentes.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB nº 9.394/1996. A referida lei inseriu a Educação Infantil como sendo a primeira etapa da educação básica e objetivou o desenvolvimento integral da criança, assim como sua finalidade.

Destacam-se alguns artigos e contribuições da LDB/96, no que diz respeito à Educação de até seis anos de idade:

Art. 21- A educação básica tem por finalidade, desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhes meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

Art. 29- A educação infantil, primeira etapa da educação básica tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (CARNEIRO, 2006, p.88).

De fato, busca-se respeitar e valorizar cada faixa etária e etapa do desenvolvimento infantil, conceituando o espaço institucionalizado como um local de socialização do educando, juntamente em parceria com a família.

Em relação às políticas implementadas para Educação Infantil, cabe ressaltar o documento estabelecido pelo MEC, denominado Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI/1998).

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil- RCNEI/1998 foi um avanço para Educação Infantil, servindo de referencia para embasar a prática pedagógica dos educadores.

Em 2001, foi aprovado o Plano Nacional de Educação (PNE) pela Lei nº 10.172/01, cuja educação infantil está especificada em um capítulo e propõe metas para crianças de 0 a 06 anos. As faixas etárias foram divididas devidos objetivos diferentes. As creches seriam responsáveis pelas crianças de 0 a 3 anos, e a pré-escola de 04 a 6 anos. O PNE contribui para confirmar a importância do período da educação infantil, pois esta fase do desenvolvimento é vista como “janelas de oportunidade”.

Recentemente, regulamentou-se o ensino Fundamental de Nove anos pela Lei nº 11.274/ 2006. Esta ampliação do atendimento consolidou a proposta de expansão deste nível de ensino, que estava contida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e no Plano Nacional de Educação de 2001.

Portanto, a educação infantil visa o atendimento de crianças de 0 a 05 anos, e aos seis anos estão no ensino fundamental, essa progressiva ampliação dispõe que todas as escolas se adequassem à lei até o ano de 2010.

Percebe-se que foram várias às políticas públicas voltadas para o atendimento de crianças ao longo da história da educação no Brasil. Porém, ainda há muitos avanços para serem alcançados neste nível de ensino, principalmente os relacionados à valorização dos profissionais da área, e a priorização da educação infantil e ensino fundamental, pois é a base para o desenvolvimento da aprendizagem e personalidade do ser humano.

O Ministério da Educação desenvolve políticas públicas para o programa de ampliação do ensino fundamental obrigatório para nove anos de duração, desde os seis anos de idade. Essa medida reafirma o Ensino Fundamental como direito público subjetivo, pois garante vagas e infraestrutura às crianças desde seis anos de idade no ensino obrigatório. Com isso o Ministério da Educação objetiva:

- a) melhorar as condições de equidade e de qualidade da Educação Básica;
- b) estruturar um novo ensino fundamental para que as crianças prossigam nos estudos, alcançando maior nível de escolaridade;
- c) assegurar que, ingressando mais cedo no sistema de ensino, as crianças tenham um tempo mais longo para as aprendizagens da alfabetização e do letramento (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2009, p.5).

O Ministério da Educação estendeu um prazo para que todos os sistemas de ensino planejassem e implantasse o ensino fundamental de nove anos, até o final do ano letivo de 2010, conforme a Lei nº 11.274/06. Ou seja, até o final do ano passado isso já deveria ter acontecido em todas as escolas públicas e particulares do ensino fundamental do País (MEC, 2009).

A legislação que ampara a ampliação do Ensino Fundamental baseia-se nos seguintes dispositivos:

1. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988-Artigo 208.
2. Lei nº 9.394/96, de 200 de dezembro de 1996-admite a matrícula no Ensino Fundamental de nove anos, a iniciar-se aos seis anos de idade.
3. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001- estabelece o ensino fundamental de nove anos como meta da educação nacional.
4. Lei nº 11.114, de 16 de maio de 2005-altera a LDB e torna obrigatória a matrícula das crianças de seis anos de idade no Ensino Fundamental.
5. Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006 – alterar a LDB e amplia o e Ensino Fundamental para nove anos de duração, com a matrícula de crianças de seis anos de idade e estabelece prazo de implantação, pelos sistemas, até 2010 (MEC, 2009).

Assim se pronuncia o Conselho Nacional de Educação sobre as novas prerrogativas do ensino fundamental.

Reiterada pelo Parecer CNE/CEB Nº 7/2007, de 19 de abril de 2007, a autonomia atribuída aos sistemas de ensino não pode ser confundida com soberania, autorizando o ente federado a descumprir a Lei, seja a Constituição Federal ou LDB, com as alterações nela introduzidas pelas Leis nº 11.114/2005 e nº 11.274/2006, ou as normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação no exercício de suas atribuições, a saber:

Art, 8º, 1º, da LDB: Caberá à União a coordenação da Política Nacional de Educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais.

Art, 9º, 1º, da LDB: A União incumbir-se-á de: [...]: inciso I, 1º: Na estrutura educacional, haverá um Conselho Nacional de Educação, com funções normativas e de supervisão e atividades permanente (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2009, p.7).

A seguir estão as normas nacionais para a ampliação do ensino fundamental para nove anos, editadas até o ano de 2008, conforme o Ministério da Educação. São elas:

-Parecer CNE/CEB nº 24/2004, de 15 de setembro de 2004 (reexaminado pelo Parecer CNE/CEB 6/2005: Estudos visando ao estabelecimento de normas nacionais para a ampliação do Ensino Fundamental para nove anos de duração).

- Parecer CNE/CEB nº 6/2005, de 8 de junho de 2005: Reexame do Parecer CNE/CEB nº 24/2004, que visa o estabelecimento de normas nacionais para a ampliação do Ensino Fundamental para nove anos de duração.

- Resolução CNE/CEB nº 3/2005, de 3 de agosto de 2005: Define normas nacionais para a ampliação do Ensino Fundamental para nove anos de duração.

- Parecer CNE/CEB nº 18/2005, de 15 de setembro de 2005: Orientações para a matrícula das crianças de seis anos de idade no Ensino Fundamental obrigatório, em atendimento à Lei nº 11.114/2005, que altera os arts. 6º, 32 e 87 da Lei nº 9.394/96.

- Parecer CNE/CEB nº 39/2006, de 08 de agosto de 2006: Consulta sobre situações relativas à matrícula de crianças de seis anos no Ensino Fundamental.

- Parecer CNE/CEB nº 41/2006, de 09 de agosto de 2006: Consulta sobre interpretação correta das alterações promovidas na Lei nº 9.394/96 pelas recentes Leis nº 11.114/2005 e nº 11.274/2006.

- Parecer CNE/CEB nº 45/2006, 07 de dezembro de 2006: Consulta sobre referente à interpretação da Lei Federal nº 11.274/2006, que amplia a duração do Ensino Fundamental para nove anos, e quanto à forma de trabalhar nas séries iniciais do Ensino Fundamental.

- Parecer CNE/CEB nº 5/2007, de 01 de fevereiro de 2007 (reexaminando pelo Parecer CNE/CEB nº 7/2007): Consulta com base nas Leis nº 11.114/2005 e nº 11.274/2006, que tratam do Ensino Fundamental para nove anos e da matrícula obrigatória de crianças de seis anos no Ensino Fundamental.

- Parecer CNE/CEB nº 7/2007, de 19 de Abril de 2007: Reexame do Parecer CNE/CEB nº 5/2007, que trata da consulta com base nas Leis nº 11.114/2005 e nº 11.274/2006, que se referem ao Ensino Fundamental de nove anos e à matrícula obrigatória de crianças de seis anos no Ensino Fundamental.

- Parecer CNE/CEB nº 4/2008, de 20 de fevereiro de 2008: Reafirma a importância da criação de um novo Ensino Fundamental, com matrícula obrigatória para as crianças a partir dos seis anos completos ou a completar até o início do ano letivo. Explicita o ano de 2009 como o último período para o planejamento e organização da implementação do ensino fundamental de nove anos que deverá ser adotado por todos os sistemas de ensino até o ano letivo de 2010. Reitera normas, a saber: o redimensionamento da educação infantil; estabelece o 1º ano do ensino fundamental como parte integrante de um ciclo de três anos de duração denominado “ciclo da infância”. Ressaltam os três anos iniciais como um período voltado à alfabetização e ao letramento no qual deve ser assegurado também o desenvolvimento das diversas expressões e o aprendizado das áreas de conhecimento. Destaca princípios essenciais para a avaliação (Ministério da Educação, 2009).

Essa nova proposta do Ensino Fundamental de nove anos implicou em rever o conjunto de ações, dentre estas a oferta de vagas suficiente para atender a demanda,

adequação dos espaços físicos e do material pedagógico, formação adequada de professores e profissionais de apoio, a avaliação, diretrizes curriculares nacionais.

Para o Plano de Implementação do Ensino Fundamental de nove anos, o MEC afirma que cada sistema de ensino é competente e livre para construir, com a respectiva comunidade escolar, seu plano de universalização e de ampliação do Ensino Fundamental. É também responsável por refletir e proceder a convenientes estudos, com a democratização do debate.

Inicialmente o município precisa considerar se está vinculado ao sistema estadual ou se possuiu sistema próprio de ensino. Sendo o município vinculado ao sistema estadual ele precisa cumprir as deliberações do Conselho Estadual de Educação. Nesse caso deve apresentar para esse conselho sua proposta de ampliação do Ensino Fundamental para a devida análise e aprovação. O município com sistema próprio de ensino deve cumprir as normas já atualizadas pelo seu respectivo Conselho Municipal de Educação (Ministério da Educação, 2009, p.18).

O MEC afirma ainda que o plano adotado pelas secretarias seja regulamentado, necessariamente, pelo respectivo órgão normativo. Portanto, as Secretarias de Educação e os Conselhos de Educação precisam se articular.

Segundo o Ministério da Educação, no Plano de Implementação do Novo Ensino Fundamental é fundamental haver:

- estudo da demanda de matrículas no ensino fundamental;
- planejamento da quantidade de turmas no ensino fundamental;
- estudos e medidas necessárias ao redimensionamento da educação infantil, de forma a não prejudicar a oferta e a qualidade e preservando sua identidade pedagógica;
- redimensionamento do espaço físico;
- reorganização do quadro de professores, quando necessário;
- formação inicial e continuidade de professores e demais profissionais da educação;
- adequação e aquisição de mobiliário e equipamentos;
- adequação e aquisição de material didático-pedagógico;
- garantia de transporte e merenda escolar;
- reorganização administrativa necessária para as escolas e a secretaria de educação;
- processos de avaliação, especialmente para o ciclo da infância (três primeiros anos) (Ministério da Educação, 2009, p.11).
- 

Segundo a Resolução nº 3, de três de agosto de 2005 (Conselho Nacional de Educação) a nomenclatura que deve ser adotada para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental:

- Educação Infantil-5 anos de duração-Até 5 anos de idade;
- Creche- Até 3 anos de idade;
- Pré-Escola de 4 a 5 anos de idade;
- Ensino Fundamental-9anos de duração-Até 14 anos de idade;
- Anos iniciais- 5anos de duração-de 6 a 10 anos de idade;
- Anos finais-4 anos de duração- de 11 a 14 anos de idade

## **4. METODOLOGIA DA PESQUISA**

### **4.1 Tipos de estudo**

Nesta pesquisa, utilizaremos a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo já que há uma complementação entre as duas. A primeira por oferecer suportes teóricos a respeito do tema escolhido e a segunda por permitir a observação científica e a observação do objeto de estudo na prática. Essa pesquisa também utilizará a abordagem qualitativa. Os instrumentos de coletas de dados serão entrevistas semi-estruturadas e questionários.

### **4.2 Local da pesquisa**

A referida pesquisa de campo foi realizada na Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Quilombola de Mangueira, localizada no espaço rural S/N no município de Salvaterra- Marajó, estado do Pará.

A Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Quilombola de Mangueira onde ocorreu a pesquisa foi fundada no dia 18/03/1988, a estrutura física da escola é de porte pequeno, que contém 01 Biblioteca, 01 secretaria, 01 sala de professores, 01 sala de educação infantil, 05 salas que funciona o ensino Fundamental Maior e Menor, 01 cozinha, 01 refeitório e 04 banheiros (Femenino e Masculino). O corpo profissional da escola é formado por: 01 Professora Responsável pela escola, 01 Técnico pedagógico, 08 professores, 02 auxiliares administrativos, 04 auxiliares de serviços gerais e 02 vigias. Os recursos didáticos da escola são: 06 quadros de giz, 20 cadeiras de madeira e 150 cadeiras plásticas, 01 TV, 01 DVD, 01 not book, 01 impressora, 02 armários, 01 caixa de som amplificada, 01 microfone. Quanto ao acervo pedagógico a escola recebe os livros didáticos para professores e alunos do programa do FNDE este programa tem por objetivo prover as escolas públicas de ensino fundamental com livros didáticos e acervos de obras literárias, obras complementares e dicionários este livros atendem a demanda da escola.

Anexo a este trabalho, segue as fotos da estrutura física da Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Quilombola de Mangueira, localizada no espaço rural S/N no município de Salvaterra- Marajó, estado do Pará.

#### 4.3 Sujeito da pesquisa

Os participantes da pesquisa foram 05 professores do jardim III da Educação Infantil estes professores tem idade entre 30 e 40 anos que atuam na Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Quilombola de Mangueira. Tendo como objetivo de estudo professores atuantes na classe do Jardim III da Educação Infantil, investigando se estes trabalham em sua prática pedagógica os processos de alfabetização e letramento concomitantemente em sua docência.

#### 4.4 Coletas de Dados- Técnicas e Instrumentos de coletas

Os instrumentos de coletas de dados foram a observação não-participante, entrevistas semi-estruturadas com um tipo de questionário com questões abertas e foram aplicados para as 05 professoras do jardim III da educação Infantil. Foi aplicado questionário com 09 perguntas abertas. Os dados coletados foram através de questionário em (Anexo) este questionário contém questões abertas.

A pesquisa foi aplicada no período de 19 a 23/12/2016 onde foi aplicado o questionário contendo 09 questões abertas para a coleta dos dados. Segue abaixo o Cronograma:

<b>CRONOGRAMA</b>	
<b>Período</b>	<b>Observação das atividades</b>
<b>19/12/2016</b>	Encontro com a Direção da escola para autoriza a nossa entrada para a pesquisa de campo junto aos professores do jardim III da educação Infantil que atuam na Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Quilombola de Mangueira.
<b>20/12/2016</b>	Após a autorização da Direção da Escola, conversamos com os professores do jardim III da educação Infantil sobre o questionário que iremos aplica em função do tema da nossa pesquisa Alfabetizar Letrando no Cenário da Educação Infantil, após a explicação entregamos o questionário para os 05 professores que trabalham no jardim III da educação Infantil perguntando se os mesmos poderiam responder o questionário que estava sendo proposto.
<b>21/12/2016</b>	Enquanto aguardávamos os questionários que havíamos entregue aos professores, aproveitamos para observar a metodologia em relação a prática de alfabetização e letramento por parte dos professores da ed. infantil.
<b>22/12/2016</b>	Dando continuidade a observação a prática de alfabetização e letramento ministrada pelos professores do jardim III da ed. infantil.
<b>23/12/2016</b>	Entrega do questionário enviado pelos professores e após a entrega fizemos a coleta dos dados.

#### 4.5 Resultados e Discussões

Analisando as respostas, das professoras (1.O que você entende por alfabetização e letramento?).

Na escola pesquisada as respostas das professoras sobre alfabetização e letramento foram diferentes uma das outras, a professora P1 relatou “A alfabetização é o processo de aquisição de conhecimento de como a criança se situa em termos de desenvolvimento emocional, de como vem evoluindo a sua interação social da natureza da realidade linguística. Enquanto que o letramento é o resultado da ação de ensinar e aprender as práticas sociais de leitura e escrita”; a professora P2 relatou “É um conjunto de situações que dão sentido aos atos de escrever e ler. E o letramento são habilidades em praticas sociais em que ler e escrever é necessário”; a professora P3 relatou “Alfabetização é levar o aluno a ter noções de lateralidade espacialidade, coordenação motora grossa e fina, bem apuradas, letramento é quando o professor já começa a ensinar as letras do alfabeto para que aluno forme palavras”; a professora P4 relatou “A Alfabetização é aquele processo inicial onde, crianças são submetidas nos primeiros passos e contato com as letras. Elas aprendem a utilizar o alfabeto e compreender seu significado e interpretação. Já o letramento é o processo em que o individuo é visto em atividade desenvolvendo suas habilidades de escrita e leitura com perfeição, um indivíduo letrado é capaz de associar diversos assuntos distintos” e a professora P5 relatou “Alfabetização é um processo onde a criança começa a desenvolver sua habilidade pela leitura e escrita tendo conhecimento e noção da oralidade ao ver o alfabeto com ilustrações”.

Observamos que cada professora relatou seu ponto de vista sobre alfabetização e letramento. Apesar das diferenças entre esses dois processos, ainda verificamos as confusões de conceitos, fazendo-se fusões entre letramento e alfabetização, ora considerando-os como sendo um processo único, ou são percebidos como diferentes e inconciliáveis, optando por um ou por outro. Ou trabalham apenas o letramento, como substituto da alfabetização, envolvendo as crianças com práticas de leitura e escrita, sem o ensino sistematizado da língua, ou o inverso: ensina-se as habilidades convencionais da língua, o alfabeto, a ortografia, a relação fonema-grafema, esquecendo-se do sentido, da vivencia com as práticas sociais da leitura e da escrita. É essencial perceber a importância de se trabalhar a alfabetização e o letramento não de forma separadas (primeiro alfabetizar, depois letrar), mas sim conjuntamente, para que ocorra uma aprendizagem e utilização plena da leitura e da escrita.

Com isso nos reportamos a SOARES (2004, p. 41), a alfabetização como a ação de ensinar a ler e escrever, de apropriar-se do sistema convencional da escrita. E o letramento-

como a capacidade de utilizar-se da habilidade de ler e escrever para exercer e envolver-se nas várias práticas sociais da leitura e escrita inscritas na sociedade- são processos diferenciados, mas que devem ser conciliados e integrados, através de metodologias diferenciadas para promover o aprendizado pleno da língua escrita.

Analisando as respostas, das professoras (2.Em sua opinião, qual a relação entre alfabetização e letramento?).

Na escola pesquisada as respostas das professoras foram unânimes onde as professoras P1, P2, P3, P4 e P5 relataram que “A relação é que os dois devem caminhar juntas, por que ser alfabetizado não significa que o indivíduo também é letrado e vice e versa, pois um indivíduo alfabetizado e letrado é aquele que além de conhecer, compreender as letras e as práticas de leitura e escrita é capaz ainda de desenvolver novas formas de compreensão e desenvolvimentos das práticas para que atenda as condições e requisitos que lhes são solicitados na sociedade em a qual convive”.

Diante das falas das professoras entrevistadas tornar-se imprescindível também consideramos que é importante compreender o letramento e a alfabetização como processos distintos, mas que são indissociáveis, uma vez que a aprendizagem inicial da leitura e da escrita é multifacetada e requer a utilização de múltiplas metodologias para que a aprendizagem ocorra de forma equilibrada e se alcance o grande desafio hoje colocado na conjuntura educacional, o de alfabetizar letrando e letrar alfabetizando.

Analisando as respostas, das professoras (3.Para você é possível alfabetizar letrando?).

Na escola pesquisada as respostas das professoras foram unânimes onde as professoras P1, P2, P3, P4 e P5 relataram que “É possível sim, apesar de serem processos que se diferem muito devido as necessidades e exigências contidas em cada um deles”.

De acordo com as falas das professoras entrevistadas entendemos e confirmamos que é possível alfabetizar letrando, pois nos reportamos a Soares (2004), de alfabetizar letrando ou letrar alfabetizando se configura como uma alternativa mais sensata para que se proceda uma aprendizagem equilibrada e plena da língua escrita, implicando na formação de leitores e escritores autônomos e criativos, que além de conhecer os códigos convencionais da escrita também se utilizem das várias funções e práticas de leitura e escrita presentes na sociedade, ou seja, que sejam alfabetizados ao mesmo tempo letrados, uma vez que “[... aprende-se a ler e escrever na escola, mas não para ela e sim para as mais diferentes necessidades e situações da vida humana” (Leal, 2004, p.63).

Analisando as respostas, das professoras (4.Descreva sua prática, em sala de aula, pra desenvolver a aquisição da alfabetização e o letramento dos alunos?).

Na escola pesquisada as respostas das professoras foram diferentes uma das outras, a professora P1 relatou “Na perspectiva de alfabetizar letrando eu busco trabalhar a proposta do texto com as crianças. No caso na minha turma eu apresento uma cantiga de roda e depois explora o contexto onde se da historia usando o método analítico”; a professora P2 relatou “Primeiro eu faço a sondagem para saber em qual nível de aprendizagem cada criança está, para realizar atividades significativas dentro do contexto do aluno”; a professora P3 relatou que “No primeiro momento eu faço uma sondagem do que o aluno já sabe depois eu vou dando as noções de espaço, tempo, desenvolvimento da coordenação motora, depois vou passando, para os alunos as noções números, letras, fonemas e funções das letras para formar palavras e forma textos”; e a professora P4 relatou “Uma das práticas é a leitura entre as crianças, para estimular a criatividade e a imaginação, isso favorece novas aprendizagens e contribui para que a criança amplie o seu vocabulário, adquira cultura, melhore a escrita e desenvolva a capacidade critica. Além disso, a leitura melhora o desempenho da criança na escola”; e a professora P5 relatou que “Ao iniciar o primeiro momento em sala de aula, conhecer cada aluno e ver o que ele já traz de conhecimento da leitura e escrita”.

Diante das falas das professoras entrevistadas tornar-se imprescindível também consideramos a dimensão social do letramento para perceber a necessidade de se trabalhar na escola os diferentes gêneros textuais e diversas funções e usos da leitura e da escrita inscritos na sociedade e ainda perceber o valor da oralidade. A necessidade de se trabalhar com diversos tipos de textos (revistas, jornais, cartazes, livros, cartas, etc.) já é destacada nos PCNS e nos diversos livros didáticos recente, com ganhos para os alunos menos familiarizados com estes suportes. E com relação aos diversos usos e funções sociais da leitura e escrita.

Contribuindo para pensar uma aprendizagem mais interativa, Feldman defende:

Ler para a criança é um dos caminhos mais eficazes para a alfabetização. Crianças que ouvem histórias desde os primeiros anos de vida aprendem a sequencia da palavra escrita, por exemplo, que a leitura e a escrita se dão da esquerda para a direita e de cima para baixo e que as palavras são separadas por espaços (FELDMAN, 2006, p.275).

Analisando as respostas, das professoras (5.Quais as suas dificuldades, como educador para alfabetizar letrando?).

Na escola pesquisada as respostas das professoras foram diferentes uma das outras, a professora P1 relatou “O trabalho é bastante árduo mas nada que impeça de faze-lo a

dificuldade maior é em relação a compra de diversos materiais pra enriquecer a prática”; já a professora P2 relatou “Várias, primeiro impasse é o planejamento a forma de organização dos planos que são muitas vezes aleatório, outro fator é a família”; já a professora P3 relatou “As dificuldades são muitas, falta de apoio pedagógico e materiais didáticos adequados e falta de apoio familiar que se interesse na aprendizagem da criança”; a professora P4 relatou “É mudar os hábitos dos alunos, e que a família caminhe lado a lado com a escola, uma boa ideia é desenvolver atividades nas próprias famílias”; e a professora P5 relatou que “As dificuldades que enfrentamos é apoio familiar nas atividades com seus filhos, recursos humanos a presença de livros didáticos e oficinas que ajudem a facilitar a aprendizagem dos alunos”.

Entendemos que o conceito de letramento torna-se relevante para as reflexões e estudos acerca das praticas de alfabetização e ensino da língua escrita uma vez que nos ajuda a entender que apenas o domínio dos códigos convencionais da leitura e escrita, não é capaz de provocar mudanças nas pessoas fazem da escrita em suas diversas formas e em diferentes contextos não concedem uma aprendizagem equilibrada da língua escrita.

Segundo Soares (2004, p. 30) afirma:

O conceito de letramento se liga ao conjunto de práticas de leitura e escrita que resultam de uma concepção de o quê, como, quando e por que ler e escrever. A concepção de letramento, pois, vai além do saber ler e escrever, pois implica saber fazer uso frequente e competente da leitura e da escrita, individual ou socialmente.

Analisando as respostas, das professoras (6.Como ocorre a avaliação do desenvolvimento e aprendizagem dos alunos?).

Na escola pesquisada as respostas das professoras P1, P2, P3, P4 e P5 foram unanimes em dizer que a avaliação ocorre “de forma contínua e processual”.

De acordo com o relato das professoras sobre a avaliação do desenvolvimento e aprendizado dos alunos, todas as cinco professoras entrevistadas avaliam seus alunos de forma contínua e processual, pois entendemos que os alunos devem ser avaliados continuamente, observando em sala todos os dias, além de avaliarmos por meio de atividades escritas e orais e avaliar a participação do aluno em grupo, sua construção de frases e sua linguagem verbal.

De acordo com os PCNs “a avaliação da aprendizagem deve compreender o ensino oferecido, a atuação do professor, o desempenho do aluno, a estrutura da escola, as ferramentas auxiliares promovidas no ensino e a metodologia utilizada” (BRASIL, 1998).

Analisando as respostas, das professoras (7. Para você, que importância tem a prática social da leitura e escrita na vida dos alunos?).

Na escola pesquisada as respostas das professoras foram diferentes, pois, a professora P1 relatou “Para mim ler é uma ação indispensável na vida do educando e a escola tem essa função de ensinar a ler e escrever para que o educando possa se comunicar e relacionar com os demais sociedade”; já a professora P2 relatou que é “Muito importante, pois é muito bom ver as crianças descobrirem as primeiras palavras e ver que o seu trabalho deu certo”; já a professora P3 relatou que “A leitura é muito importante para que o aluno se desenvolva intelectual e socialmente”. Já a professora P4 relatou que “A importância da leitura é que exercita-mos a mente fazendo com que nosso raciocínio esteja mais aberto a qualquer tipo de palavras e descobertas e fazendo assim com que incluamos palavras novas em nosso vocabulário e a escrita é uma capacidade fundamental, para um emprego e qualquer atividade precisamos destas duas qualidades para conseguirmos sobreviver nos dias de hoje”; e a professora P5 relatou que “A leitura e a escrita é muito importante no cotidiano do indivíduo quem tem uma boa leitura é bem comunicativo e desenvolve pequeno texto”.

Analisamos que torna-se importante considerar e valorizar as diferentes práticas e domínios de leitura e escrita para não correr o risco de representar o diferente como inferior, pois na escola, principalmente, tem-se mantido o discurso da não leitura entre a população brasileira servindo ao discurso pedagógico que reforça a existência do desinteresse dos alunos pela leitura e escrita e as dificuldades decorrentes desse suposto desinteresse. Investem-se em campanhas governamentais e práticas pedagógicas de incentivo à leitura, muitas desencadeando em resultados frustrantes, devido ao fato de se incentivar um tipo específico de leitura, geralmente se incentiva a leitura de obras literárias de entretenimento, desconhecendo ou desprezando as muitas práticas realmente efetivadas, por considerá-las inferiores (leitura de gibis, revistas de fotonovelas, leitura popular).

Segundo BRAGGIO (1995, p.54) “a leitura e a escrita não podem ser vistas pelas atitudes mecanicistas, mas sim através de um sujeito que lhe proporcione possibilidades de construir seu desenvolvimento”.

Analisando as respostas, das professoras (8. Que métodos você utiliza para incentivar os alunos na formação do hábito da leitura?).

Na escola pesquisada as respostas das professoras foram diferentes uma das outras, a professora P1 relatou “Vários métodos como: contação de história, ler diversos livros de histórias infantis, nos jogos de alfabetização, desenvolvo projetos de leituras e outros”; já a

professora P2 relatou “A oralidade, a leitura pela professora, livros distribuídos pela sala e jogos que motivem a criança a ler entre outros recursos”; já a professora P3 relatou “Eu gosto de fazer leitura que sejam do interesse de cada um ou seja, uma leitura que os alunos gostem. A leitura deve ser rotina diária em classe e para os professores. É muito importante que o professor desenvolva no aluno o hábito da leitura”; já a professora P4 relatou “Falar de leitura de livros nos dias em que vivemos é muito complicada, pois as crianças hoje são embaladas pela onda da tecnologia que oferece coisas extraordinárias aos olhos humanos. Porém, é uma tarefa difícil, mas não impossível, um dos métodos é realizar a hora da conta, onde se pode ler em voz alta para as crianças e deixar a imaginação e a criatividade, até os alunos menos amigos dos livros se sentem encantados com essa atividade”; e a professora P5 relatou “Eu gosto de ler coisas que leve o interesse do aluno pela leitura, algo que incentive o hábito de ler e o professor tem que ser leitor para cobrar dos alunos”.

Em relação a opinião dos professores a importância que a prática social da leitura e escrita exerce na vida do aluno, todos concordam que esta prática é importante para o educando.

Entendemos que os professores sabem da importância da leitura na vida social do aluno, mas estes sempre propiciam aos seus educandos oportunidades para que estes possam adquirir o hábito da leitura. E de acordo com (BORGES, 2001), “Fornecer sempre que possível à criação de um ambiente de leitura, espaço, especialmente destinado a este fim”.

Ressaltamos, acima de tudo, deve-se alfabetizar dentro da proposta do letramento, ensinando os indivíduos a ler e a escrever no contexto das práticas sociais. Cabe ao educador buscar conhecer seus alunos, analisar o meio em que eles estão inseridos.

Analisando as respostas, das professoras (9. Você como mediador do ensino/aprendizagem, tem trabalhado na sua formação como docente, na construção de novos saberes para a prática de alfabetizar letrando? De que forma?).

Na escola pesquisada as respostas das professoras foram diferentes uma das outras, a professora P1 relatou que “Sim, eu estou aprendendo muito com o PNAIC (Plano Nacional de Alfabetização na Idade Certa), pois além de professora sou também orientadora e essa forma me deu possibilidades e condição de entender o processo de alfabetização em que as crianças passam. Hoje entendo os níveis para a apropriação do sistema de escrita e sugerir métodos para cada fase”; já a professora P2 relatou que “Sim, lendo textos, trocam ideias com professores mais experientes e formação continuada que foi de grande valia para o meu conhecimento”; já a professora P3 relatou que “Sim, é muito importante, pois através de uma

prática que valorize o processo de ensino e aprendizagem, deve-se valorizar o dia-a-dia do aluno, a sua cultura os valores da sua comunidade. A valorização de jogos de objetos que seja do seu dia-a-dia. A minha formação como docente e fazer cursos de capacitação profissional jornadas pedagógica socialização do conhecimento conversas com os colegas para discutir um melhor processo de ensino”; já a professora P4 relatou que “Através de leitura, eu sugiro que para o professor conseguir fazer com que o aluno se interesse por leitura, primeiramente, deve despertar em si mesmo, o prazer pela leitura para que possa haver um vínculo entre eles e a atividade proposta”, e a professora P5 relatou que “Sim, pois é máxima importância que por meio da prática que podemos desenvolver o processo de alfabetização e letramento com as crianças e valorizar a criatividade de cada um do seu cotidiano. Minha formação como docente é cada vez mais somar cursos de capacitação para ampliar mais os meus conhecimentos na área da pedagogia para poder discutir assunto relacionado a ensino e aprendizagem”.

Diante dessa prática que vem sendo realizada pelas professoras entrevistadas, é importante ressaltarmos que o profissional da educação infantil precisa estar em formação constante, para que possa mediar o desenvolvimento infantil, promovendo e ampliando as experiências das crianças dentro desses espaços de educação. No entanto, ele deve estar inserido no contexto, onde esteja permeado de conhecimentos e ações que venham contribuir, de forma significativa, para o seu desenvolvimento profissional e, assim, conseguir mediar as ações desenvolvidas com as crianças.

Observamos que os educadores entrevistados em sua maioria possuem o conhecimento que a alfabetização e letramento são fatores importantes na formação de um indivíduo crítico, mas para que esta seja possível é necessária que o professor incentive seu aluno a leitura e trabalhe junto com a alfabetização e letramento.

Segundo Parolin (2009, p. 8) afirma que:

- Que o professor é o mediador do processo de aprender e responsável pelas aprendizagens promovidas em sala de aula e no ambiente escolar;
- Que não se aprende só na escola mas, sobretudo, é na escola que se pode ter acesso às grandes obras do conhecimento científico historicamente construído;
- Que aprender, apesar de ser em última instância um processo particular e individual, acontece, inicialmente, num espaço coletivo, em diferentes níveis de relação, tanto com o conhecimento quanto com os parceiros desse processo;
- Que o professor é exemplo e um importante motivador para crianças e jovens;
- Que o exercício da profissão de professor deve ser prazeroso e bom para o professor e, em decorrência, para seus alunos.

Portanto, uma aproximação teórico-prática deve ser meta de qualquer trabalho de qualificação profissional.

## 5. CONCLUSÃO

Para se formar leitores e escritores na escola é necessário que se faça um ambiente alfabetizador que incentive os educandos mostrando a importância a necessidade de comunicar-se utilizando textos diversos. A sala de aula deve ser organizada, possibilitando ao aluno uma quantidade significativa de materiais para que estes possam ao longo do ano estar sempre em contato com as informações escritas. Alguns recursos no processo de alfabetização e letramento devem estar presentes em sala de aula como uma lista com o nome dos alunos, um calendário móvel, um alfabeto móvel, um alfabeto fixado em um lugar visível de qualquer parte da sala, contendo letras maiúsculas e minúsculas, um mural para fixar informações, um cantinho da leitura com histórias, poesias, gibis, revistas, jornais, entre outros.

Já os educandos devem estar em constante contato com a escrita, na qual o professor deverá convidá-los a escrever, espontaneamente, da maneira que souberem. Dessa forma o educador acompanhará o desenvolvimento de cada criança a partir da evolução da escrita espontânea. Além disso, o mesmo deverá dispor de materiais pedagógicos que contribuam para a educação das crianças, promovendo condições necessárias para o exercício da cidadania.

Na pesquisa realizada, o objetivo era verificar a prática dos docentes no que concerne em saber se estes estão trabalhando a alfabetização e o letramento conjuntamente, ou se eles estão exercitando apenas a prática da alfabetização. Com isso, pudemos perceber que nas respostas dos questionários, as educadoras afirmam aplicar em sala de aula a alfabetização e o letramento simultaneamente, entretanto em suas práticas, os docentes não desenvolviam tais ações. Diante disto, mesmo com muitos avanços ainda é necessário que haja um grande esforço coletivo por parte do governo, das instituições de ensino dos profissionais da educação e da população em geral para garantir a qualidade da alfabetização. Isto porque a alfabetização e o letramento permite a integração do homem à sociedade, garantindo-lhe o direito de ser cidadão consciente de seu papel no desenvolvimento do mundo conhecendo seus direitos e deveres, ampliando desta maneira nas mais diversas práticas sociais. O professor precisa levar em conta ainda que a alfabetização envolve um esforço grande da criança e que, portanto, ela precisa de muito apoio. Não são apenas os aspectos cognitivos que estão em jogo, mas também os aspectos emocionais, que podem retardar ou bloquear o desenvolvimento.

Na Educação Infantil o investimento do professor centra-se na utilização da língua pelo aluno e na apropriação dela. Tornar os alunos mais comunicativos e verdadeiros usuários da palavra escrita é uma trilha a traçar, e assim podendo estar acompanhando todo o percurso do Ensino Fundamental. Pois sabemos que é um trabalho que se inicia timidamente, junto ao exercício da palavra de cada um e que vai se prolongando, ampliando e se organizando no decorrer da educação infantil. Percebemos com a pesquisa que urge priorizar no trabalho do professor o ler e o escrever. Esse é o investimento maior na intenção de orientar o aluno no uso e domínio do processo de alfabetização e letramento. E isso nada mais é do que apropriar da palavra enquanto meio de interação. Em outras palavras: ler e escrever para e com os alunos principalmente quando se valoriza o aluno da educação infantil, bem como refletir sobre esses escritos é tarefa do educador, para aprimorar a comunicação, desenvolver a sensibilidade, o sendo crítico e contribuir para o exercício pleno da cidadania.

Sendo assim, o educador deve propiciar aos seus alunos a oportunidade de aprender e produzir textos mesmo antes de saber grafá-los de maneira convencional e os trabalhos com a oralidade, com leitura e escrita devem estar ocorrendo de forma integrada e complementar, potencializando os diferentes aspectos de cada uma dessas linguagens solicitadas às crianças.

## REFERÊNCIAS

ABUD, Maria José Milharezi. **O ensino da leitura na fase inicial da escolarização**. São Paulo: EPU, 1987.

BRAGGIO, S.L.B. **Contribuições da linguística para a alfabetização**. Goiânia: Editora da UFG, 1995.

BRASIL. (1998) **Parâmetros Curriculares Nacionais: do Ensino Fundamental: Língua Portuguesa**. Brasília/DF: MEC/SEF.

BRASIL. Ministério da Educação. 2007; 2009, (acesso: portal. Mec.gov.br), Acessado: 02/01/2017.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. Referencias curriculares nacionais para a educação infantil. Documento introdutório. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 4.024/61: Dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Lei nº 5.692/71. Dispõe sobre o ensino de 1º e 2º graus.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Lei nº 9.394/96. Dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional.

\_\_\_\_\_. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos/Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, Unesco, 2007.

\_\_\_\_\_. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

BORGES, Teresa M. M. Ensinando a ler sem silabar. Alternativas metodológicas. 2ª ed. São Paulo. Editora: Papyrus, 2001.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização e Linguística**. 10ª ed. Serie Pensamento e Ação no Magistério. São Paulo. Editora Scipione, 1999.

CARVALHO, Marlene. **Alfabetizar e Letrar: um diálogo entre teoria e prática**. São Paulo: Vozes, 2005.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa**. São Paulo: Papyrus, 1995.

FELDMAN, R. D. *Desenvolvimento Humano*. 8. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2006;

FERREIRO, Emília. **Alfabetização e cultura escrita**. Entrevista concedida à Denise Pelligrini. In: *Nova Escola – A revista do professor*. São Paulo, Abril/Maio 2003.

\_\_\_\_\_. **Alfabetização em processos**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio século XXI escolar: o minidicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da Língua Escrita**. 4ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**, 17ª edição. São Paulo: Cortez, 1987.

GEE, J. P. **Social linguistics and literacies: ideology in discourses**. Londres: The Falmer Press, 1990.

GRAY. W.S. **The teaching of reading and writing**. Paris: UNESCO, 1957.

KATO, Mary A. **No Mundo da Escrita: uma perspectiva psicolinguística**. São Paulo: Ática, 1986. 7ª edição.

KLEIMAN, Ângela B. **Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita**. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 2005.

\_\_\_\_\_. **Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura**. Campinas: Pontes, 2000.

LEAL, Leiva de Figueiredo. **Sujeito letrado, sujeito total: implicações para o letramento escolar**. In: MELLO, Maria Cristina do; RIBEIRO, Amélia Escotto do Amaral (org). *Letramentos: significados e tendências*. Rio de Janeiro: Wark, 2004.

MORAIS, Antônio Manoel Pampola. **Distúrbios da aprendizagem: uma abordagem psicopedagógica**. São Paulo: Edicon, 1959. p.62-74.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **Educação e letramento**. São Paulo: UNESP, 2004.

\_\_\_\_\_. **Os sentidos da alfabetização.** São Paulo: UNESP, 2000.

PÁDUA, Elisabeth Matallo Marchesi de. **Metodologia da pesquisa: abordagem teórico prática.** Campinas, São Paulo: Papirus, 2000.

PAROLIN, Isabel Cristina. **Sou Professor: A formação do professor formador.** Paraná, ed. Positivo, 2009.

SOARES, Magda. **Alfabetização e Letramento.** São Paulo: Contexto, 2004.

\_\_\_\_\_. **Letramento: um tema em três gêneros.** 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica 2006.

TFOUNI, Leda Verdiane. **Adultos não alfabetizados: avesso do avesso.** São Paulo: Fontes, 1988.

\_\_\_\_\_. **Letramento e alfabetização.** São Paulo: Cortez, 2002.

UNESCO. **Revised recommendation concerning the International Standardization of Educational Statistics.** Paris: Unesco, 1987.

# **ANEXOS**

## ANEXO

### Roteiro da entrevista

1. O que você entende por alfabetização e letramento?

---

---

---

---

---

2. Em sua opinião, qual a relação entre alfabetização e letramento?

---

---

---

---

---

3. Para você é possível alfabetizar letrando?

---

---

---

---

---

4. Descreva sua prática, em sala de aula, para desenvolver a aquisição da alfabetização e o letramento dos alunos?

---

---

---

---

---

5. Quais as suas dificuldades, como educador, para alfabetizar letrando?

---

---

---

---

---

6. Como ocorre a avaliação do desenvolvimento e aprendizagem dos alunos?

---

---

---

---

7. Para você, que importância tem a prática social da leitura e escrita na vida dos alunos?

---

---

---

---

8. Que métodos você utiliza para incentivar os alunos na formação do hábito da leitura?

---

---

---

---

9. Você como mediador do ensino/aprendizagem, tem trabalhado na sua formação como docente, na construção de novos saberes para a prática de alfabetizar letrando? De que forma?

---

---

---

---

## ANEXO

**Figura 1- Frente da Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Quilombola de Mangueira**



Fonte: Própria.

**Figura 2-De dentro da Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Quilombola de Mangueira**



Fonte: Própria.

**Figura 3- Biblioteca**



Fonte: Própria.

**Figura 4- Sala de professores**



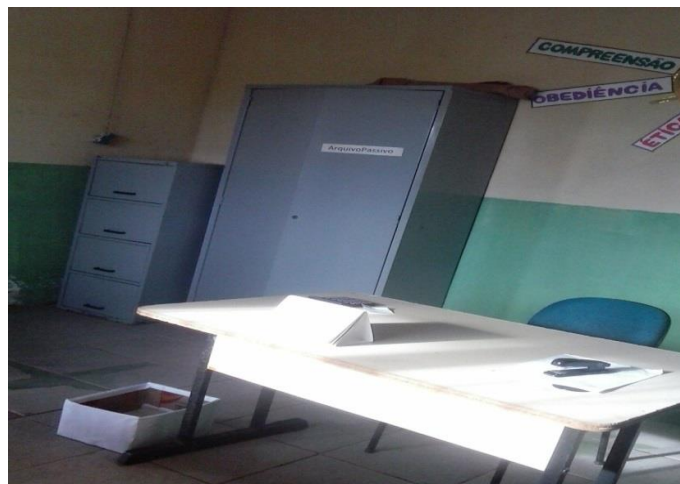
Fonte: Própria.

**Figura 5- Sala do Jardim III da Educação Infantil**



Fonte: Própria.

**Figura 6- Sala da Diretoria**



Fonte: Própria.

**Figura 7- Área do Refeitório**



Fonte: Própria.

**Figura 8- Cozinha**



Fonte: Própria.

## Anexo

### TERMO DE COMPROMISSO DE AUTENTICIDADE

Os alunos abaixo-assinados do Curso de Licenciatura em Pedagogia da UFRA/PARFOR/PEDAGOGIA, regularmente matriculados no 8º semestre, declaram que o conteúdo de seu trabalho de conclusão de curso, intitulado:

**“ALFABETIZAR LETRANDO NO CENÁRIO DA EDUCAÇÃO INFANTIL”**

é autêntico, original, e de autoria exclusiva da dupla, salvo por pequenos trechos de outros autores, devidamente citados e referenciados. Estando cientes de que, **na entrega final do trabalho ou a qualquer tempo**, caso o mesmo seja caracterizado como plágio total ou parcial, fica(m) o(s) aluno(s) reprovado(s), sem direito à revisão de notas, sujeitando-os, também, às sanções previstas por lei.

Belém (PA) 25 de março de 2017.

Nome:

Nome:

## **Anexo**

### **TERMO DE COMPROMISSO DE TCC-II**

Eu, **Daciel Oliveira da Conceição e Delmair Selma Barros da Silva**, alunos do 8º semestre do Curso de Licenciatura em Pedagogia, estamos ciente das normas, prazos e obrigações relativos ao Trabalho de Conclusão de Curso 2016, e comprometo-me a cumpri-las, de acordo com documento normativo.

Belém, 12 de novembro de 2016

---

Assinatura do (a) Aluno(a)

---

Assinatura do (a) Aluno(a)

## **Anexo**

### **PARECER DE ADMISSIBILIDADE DE TCC - II**

Eu, **Kelly Cristina Silva Braga**, professor (a) orientador (a) do(s) aluno(s) **Daciel Oliveira da Conceição** e **Delmair Selma Barros da Silva**, declaro que o trabalho com o título “**ALFABETIZAR LETRANDO NO CENÁRIO DA EDUCAÇÃO INFANTIL**”, poderá ser apresentado em defesa pública, na data **02 / 05 /2017**.

Belém, 25 de março de 2017

---

Assinatura do Professor Orientador